

# FMI IMPÔS JURO ALTO

Daniela Mendes  
Correspondente

Washington — Com a liberação do câmbio e sem dispor ainda de uma âncora fiscal, o Brasil volta a ser prisioneiro dos juros altos. Prescrita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), onde quem dá as cartas são os países ricos, a velha receita foi a contrapartida para a nova política cambial adotada pela equipe econômica.

Os Estados Unidos dispõem de 18% das cotas do Fundo Monetário; Inglaterra, Japão, França e Alemanha participam com 5% cada um. Esses recursos se traduzem em poder decisório e, embora não esteja diretamente engajada nas discussões sobre o Brasil com as autoridades brasileiras, a opinião da direção do FMI, composta de representantes de 24 países-membros, é que prevalece no final.

Os países ricos estão, ainda, ajudando o Brasil diretamente. No socorro financeiro de US\$ 41,5 bilhões organizado no final do ano passado, além do dinheiro emprestado pelo FMI e outros órgãos internacionais, as nações industrializadas entraram com recursos do contribuinte no pacote. Daí o grande interesse no destino econômico do país.

Prova disso é que, mesmo sendo feriado nos Estados Unidos, a direção do Fundo se reuniu na segunda-feira pela manhã para discutir a crise brasileira. Os países industrializados manifestavam apreensão com a possibilidade de o governo baixar a taxa de juros, uma reivindicação recorrente do setor produtivo nacional.

Algumas horas mais tarde, o governo seguiu a determinação do Fundo e dos países ricos e anunciou mudanças na política de juros, que poderá na prática elevar as taxas de 29% para 41% ao ano. Decisão questionável no passado. Para se ter uma idéia, em novembro de 1997, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse ao jornal argentino *Clarín* o que pensava de um possível acordo do governo com FMI e sua intromissão no Brasil: “Isso implicaria na perda de soberania do país”.

## EXEMPLO

No FMI, é sempre citado o exemplo da Coréia, que também foi obrigada a liberar o câmbio, teve de ser socorrida às pressas pela comunidade internacional o ano passado e agora começa a dar sinais de recuperação.

O governo coreano manteve os juros elevados por pelo menos seis meses, até ter certeza de que o mercado havia encontrado o ponto de equilíbrio da taxa de câmbio. A preocupação do FMI e dos países ricos é que os juros sejam altos o suficiente para evitar uma flutuação excessiva no câmbio, atrair capital e conter a inflação. Porém, tem de ser algo temporário, do contrário a dívida do governo explode e o tiro pode sair pela culatra.

O presidente do Banco Central, Francisco Lopes, disse ontem que o objetivo de reduzir a taxa de juros é de médio prazo e longo prazo. “Podemos operar dentro da banda e o objetivo imediato é consolidar as mudanças do regime sem comprometer a estabilidade de preços”, afirmou. Ele evitou fazer projeção sobre níveis de inflação, mas disse que o comportamento dos preços vai depender do que ocorrer com a taxa de câmbio. E o câmbio vai depender do que o Congresso aprovar, disse. Ele acredita que se o câmbio for mantido no nível atual ou menor, o impacto inflacionário será pequeno.

O FMI e o Tesouro norte-americano não foram consultados sobre a mudança na política cambial, apenas informados e ficaram irritados com a forma atabalhoada com que o processo foi conduzido pelas au-

toridades brasileiras. Ante da liberação do câmbio, eles defendiam uma aceleração da desvalorização, medida descartada pelo governo quando foi fechado o acordo com o FMI em outubro passado.

Quando ficou claro que as reservas internacionais seriam esgotadas se o Brasil continuasse defendendo a cotação do real, eles recomendaram que o governo liberasse a taxa de câmbio. “Foi feita uma tentativa (de fazer uma desvalorização controlada) e vimos que não funcionou. É melhor reconhecer logo o erro e mudar do que insistir”, disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao esclarecer que a livre flutuação do dólar é um caminho sem volta.

Depois de desistir da âncora cambial, o governo se convenceu de que não há mais nada a fazer senão esperar que o mercado defina a cotação do real em relação ao dólar. Esse processo poderá levar algumas semanas, segundo Malan. “Nesse tempo vamos conviver com essa incerteza e volatilidade”, disse o ministro, para quem essas flutuações são naturais até o grau de ansiedade baixar.

Segundo ele, neste momento inicial, há exportadores adiando o fechamento de negócios na expectativa de que o real possa ser mais desvalorizado e, assim, consigam obter mais lucros, por isso o governo espera que a oferta de dólares

aumente nos próximos dias. Ainda assim, o cenário será sempre mais incerto do que foi desde a adoção do Plano Real.

“Mesmo depois de normalizado, o mercado de dólares terá uma volatilidade muito maior. É importante que os exportadores entendam que não estamos mais num mundo de pequenas vari-

ações”, explicou o secretário de Política Econômica, Amaury Bier.

Como o desequilíbrio das contas públicas continua sendo a questão central, a situação dos estados virou um dos principais assuntos nas discussões com a comunidade internacional depois da moratória de Minas Gerais declarada pelo governador Itamar Franco.

Eles querem saber como isso pode atrapalhar a implementação do ajuste fiscal e qual o poder de fogo do governo federal para breicar este tipo de iniciativa. “É difícil para os estrangeiros entenderem o pacto federativo nacional. O Brasil é um país complexo”, afirma o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru.

Segundo ele, em outubro passado, logo após a Rússia ter declarado moratória e deixado na mão os investidores externos, a pergunta mais freqüente era sobre a dívida brasileira. A equipe econômica explicava que, diferentemente de outros mercados emergentes, a dívida interna do Brasil é financiada majoritariamente por investidores nacionais e não estrangeiros.

De acordo com Malan, que passou quatro dias em Washington conversando com a comunidade internacional e seguiu ontem para Nova York, onde se encontra com o representante do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) nova-iorquino, ainda é difícil dizer que o pior já passou. “Espero que sim, mas é difícil dizer isso”, afirmou o ministro.

Para a população, o pior nem chegou. A desvalorização do real embute o risco da volta da inflação, embora as previsões para este ano estejam abaixo de 10%. Para evitar uma taxa inflacionária elevada, o governos se apoiará nos juros altos.

Isso encarece a produção, faz com que as empresas fabriquem menos produtos, contratem menos mão-de-obra. “A taxa de crescimento nesse trimestre será negativa. Há pouco espaço para aumento de preços”, disse Malan. Leia-se: recessão e desemprego para o futuro próximo.

Gregg Newton/Reuters



Malan disse que o governo se convenceu de que não há mais nada a fazer senão esperar que o mercado defina a cotação do real em relação ao dólar